

# A relação binominal *virtù-fortuna* no pensamento ético e político de Maquiavel

## RESUMO

O presente estudo representa um esforço no sentido de aprofundar e evidenciar a relação binomial *virtù-fortuna* e o papel fundamental que ela representa no pensamento de Maquiavel acerca da ordenação da sociedade através da ação do príncipe. De um lado a *fortuna*, imediatamente ligada à providência divina e à mitologia pagã, não representando simplesmente o acaso ou a mera sorte, por outro lado, a *virtù*, o conjunto de capacidades do príncipe, os meios e a excelência que o fazem atuar devidamente em todas as ocasiões. A relação entre *fortuna* e *virtù* não se pode encarar como artificial ou simples resultado arbitrário da mudança dos tempos. Ao introduzir uma concepção cíclica da História, Maquiavel evidencia a importância capital dos eventos na prossecução de certos fins, pelo que, necessariamente, de todas as decisões resultam causas necessárias, desejadas ou não. Cabe ao príncipe engrandecer-se em *virtù* para compreender como agir no novo ciclo, no seu tempo concreto, considerando escrupulosamente os exemplos do passado, evitando os erros cometidos por outros, superando em excelência os antigos.

**Palavras-chave:** Maquiavel; Fortuna; Virtù; Príncipe; Estado.

## ABSTRACT

The present study represents an effort to deepen and enhance the relationship binomial *virtù-fortuna* and the key role it plays in Machiavelli's thought about the sort of society through the action of the prince. On one side the term *fortuna*, which is immediately related to divine providence and the pagan mythology, instead of representing accidental situations or mere luck, and on the other hand, *virtù*, the essential capabilities of the prince, the means and excellence that make

\* Doutorando de Filosofia Política no MANCEPT, Universidade de Manchester (Manchester, Reino Unido).  
Email: jorge.dm.mateus@gmail.com.

him act properly in all occasions, according to his own will. The relationship between *fortuna* and *virtù* cannot be considered as artificial or arbitrary, a simple result of the changing times. By introducing a cyclical conception of History, Machiavelli emphasizes the importance of events in the pursuit of certain purposes, so the results are the necessary causes of all the prince's decisions, rather desirable or not. It is thus the prince's task to enlarge his *virtù* in order to understand how to act in the new cycle in its concrete time, carefully considering the examples of the past, avoiding the mistakes made by others, outstanding them.

**Keywords:** Machiavelli; Fortuna; Virtù; Prince; State.

O traço que define toda a obra de Maquiavel encontra-se na sua pretensão de escrever acerca da "verdade efetiva das coisas" (MAQUIAVEL, 2012, p. 185), deixando de lado o que podemos considerar de imaginário, inscrito no plano do dever-ser. De facto, Maquiavel quebra com a corrente ideológica dominante do sacerdotalismo medieval, lançando os alicerces teóricos do absolutismo moderno e do realismo político, sustentado pela figura do príncipe.

Sendo o criador do termo Estado no sentido moderno (MANSFIELD, 1996, p. 3), Maquiavel conceptualiza uma entidade gestonária e relacional algo complexa e que segue ainda na via de uma gradual institucionalização, pelo que é indissociável da figura do príncipe: é o traço indelével do absolutismo de Estado. Em traços gerais, o príncipe encerra em si um modelo de virtude e excelência que o tornam bem-sucedido na empresa que é gerir e elevar o Estado, pois o bom governo é o seu principal propósito. Deve ser realista e tomar em pouca consideração os homens no seu conjunto, preocupando-se com a sua ação efetiva e não com o que deveria fazer, cultivando sempre o egoísmo e seguindo só a sua vontade, desejando ser temido, ao invés de amado<sup>1</sup>, pois os homens "são ingratos, volúveis, simuladores e dissimuladores, receosos dos perigos, ávidos de lucro, temerosos do castigo [...] o medo, porém, mantém-se pelo temor do castigo, que nunca nos abandona." (MAQUIAVEL, 2012, p. 192), porque, se a necessidade o exigir, revoltam-se contra quem lhes faz o bem. Ainda assim, o príncipe prefere sempre praticar o bem, e se pratica o mal é apenas porque a isso foi obrigado, da mesma maneira que é conhecedor das circunstâncias e simula e dissimula consoante lhe aprouver, pois a sua plasticidade verifica-se precisamente no facto de aparentar possuir todas as capacidades acima descritas, e outras ainda, se bem que não precise, efetivamente, de possuí-las todas, desde que isso consiga dar a entender. O príncipe "precisa de ter um espírito disposto a vergar-se conforme os ventos da fortuna." (MAQUIAVEL, 2012, p. 197), por isso ele está acima de todos os

<sup>1</sup> A este propósito, talvez seja adequado lembrar as palavras avisadas do escoliasta: "a grandeza de um capitão não depende da moralidade nem está reduzida à imoralidade mas depende inteiramente da virtude amoral, por força da mente, vontade ou temperamento, para não dizer sobre a força da alma. Tanto a moralidade como a imoralidade têm os seus usos, porque tanto o amor como o temor movem os seres humanos. Mas tanto as qualidades que fazem um capitão amado e aquelas que o fazem temido se podem tornar perigosas para ele próprio. Portanto, uma combinação criteriosa de ambos, uma espécie de "via intermédia", é necessária". (STRAUSS, 1958, p. 162).

outros homens, e por isso lhe cabe manter o Estado por todos os meios que encontre ao seu dispor, estando a sua figura além do bem e do mal.

Ao introduzir os termos *virtù* e *fortuna*, Maquiavel remete para o núcleo central da ação que envolve o príncipe, ou seja, toda a compreensão da sua atuação se deve à estrita e complexa simbiose que existe entre a *virtù* e a *fortuna*. Este binómio, mais que cada um dos termos em separado, traduz uma relação viva que é fulcral para entender até que ponto o príncipe é o legítimo governante e condutor do Estado, mas também até que ponto ele consegue manter em suspenso os acontecimentos, tendo por base a sua habilidade e audácia políticas face tanto ao imprevisto quanto ao determinismo. Em primeiro lugar, considerando a *virtù*, podemos tomar em conta as capacidades que atrás descrevemos e que o príncipe deve possuir, ou fingir possuir. A *virtù*, contudo, aparenta ter um alcance mais universal, parece traduzir-se na convergência de todas essas simples capacidades para obter um resultado maior, a saber, o controlo tanto da situação presente como do porvir. A convergência dessas capacidades pretende funcionar como animador na prossecução dos fins da governação, assim, a *virtude* aparece descrita como elemento da vida boa, da capacidade e habilidade (sobretudo políticas) nutrindo também significado ao nível das capacidades físicas do indivíduo, da sua erudição, e da própria utilidade das coisas. Prende-se com a capacidade do príncipe olhar o mundo e de o compreender e apreender nas suas múltiplas variáveis e dimensões, não se restringindo a ter um olhar apenas sobre uma parte restrita, fazendo dele um simples tecnocrata, mas uma compreensão ampla e total dos eventos que o rodeiam.

Mas deve-se tomar desde logo em linha de conta o carácter ambíguo e até paradoxal do termo. Ao referir o exemplo de Agátocles, Maquiavel parece condenar a conduta vil de um governante, para logo depois a sancionar. No fundo, reconhece-se implicitamente que Agátocles é dono de grande *virtù*, mas não se pode reconhecer tal facto explicitamente. Maquiavel usa o termo em dois sentidos contraditórios conforme inclua ou exclua atos reprováveis de maldade evidente (MANSFIELD, 1996, p. 6-7). Todavia, Maquiavel usa os termos *virtù* e *bontà* (bondade) sem apresentar uma distinção clara que os separe. À certa altura, nos *Discorsi*, Maquiavel sugere que uma cidade permanecerá corrupta a menos que um indivíduo bom e virtuoso consiga mantê-la livre, mas logo introduz o critério da força, que é apanágio do príncipe e a arma através da qual a lei é imposta até que a matéria se torne boa (MAQUIAVEL, 2010, D I, C. XVII). A *virtù* parece, aqui, ser o meio através do qual se alcança a bondade entre as gentes, uma bondade que só um príncipe virtuoso é capaz de criar através da aplicação da força.

Já a *fortuna* é identificada como uma força superior que tira ou dá aos homens a “possibilidade de agir virtuosamente” (MAQUIAVEL, 2012, p. 243), e faz isso de forma particularmente elaborada, estando além da compreensão e entendimento humano. Não obstante, a *fortuna* não é um conceito exclusivo de Maquiavel, mas antes uma adaptação de uma tradição de pensamento mais antiga, proveniente do panteão romano. A fortuna, identificada como uma mulher, refere-se mais aos caprichos e ao carácter de uma pessoa do que à simples flutuação caótica dos acontecimentos, sem uma ordem aparente e sem significado (PITKIN, 1984, p. 138).

Parecendo estar sempre ao alcance da ação humana, da vontade que o Homem tem de moldar os acontecimentos à sua ânsia de organização, vergada, em certa medida, a uma teleologia divina sempre presente na História, a *fortuna* “escolhe um homem dotado de tanto espírito e de tanta virtude que seja capaz de reconhecer a ocasião que por ela lhe é oferecida.” (MAQUIAVEL, 2012, p. 243). A *fortuna* escolhe os homens baseando-se nas suas características humanas, pois neles vê a capacidade para alcançar os desígnios que ela própria sabe que eles podem alcançar, e que a ela convém que alcancem. Nas palavras do escoliasta, a *fortuna* no pensamento de Maquiavel constitui a “essência da sua teoria da vida e das circunstâncias.” (GILBERT, 1968, 219). Todavia, algum que se lhe oponha é rapidamente eliminado. De facto, “os homens podem secundar a fortuna mas não conseguem opor-se-lhe. Podem tecer os seus fios mas não causar a sua rutura” (MAQUIAVEL, 2012, p. 244). Porém, a ressalva tem de ser feita, pois a resiliência humana não desaparece, os homens não podem render-se pois a *fortuna* tem para eles algo reservado, mesmo que não sejam óbvios os seus desígnios. Todo o homem deve manter um ânimo vigoroso ante as adversidades. A própria perícia política parece ser compatível com esta descrição factual, isto é, uma vez que se verifica a sua atuação de forma a decidir racionalmente perante as situações. Traduz-se na tentativa de colocar ordem onde ela não existe, visando com essa organização controlar futuras situações marcadas pela inevitável imprevisibilidade. A capacidade do príncipe deve ser notória neste ponto, na antecipação, na audácia de conseguir prever os resultados da sua ação, por mais pequena que seja no momento em que é tomada a decisão ou que é dada a palavra, sabendo ele que do mais pequeno pormenor pode resultar grande consequência; é o tecer constante da urdidura em que fio algum é entrelaçado ao acaso. Esta capacidade do príncipe para jogar habilmente no domínio do imprevisível, que é fulcral no xadrez político, traduz-se numa luta intempestiva contra o determinismo dos eventos.

Esta imprevisibilidade da *fortuna* é algo que foi desde cedo relacionado com o carácter inconstante da mulher, e não obstante o facto de os romanos a terem como uma boa deusa, não lhes era alheia a sua índole caprichosa (PITKIN, 1984, p. 138).

Ora, existindo tanto bem quanto mal, a *fortuna* resulta da interação de ambas estas esferas, da mesma forma que o príncipe as articula, dependendo daquilo que pretende alcançar, e nunca estabelecendo os seus limites ao acaso, nem fazendo uso delas sem o cálculo que lhe é devido. Note-se a descrição que Maquiavel leva a cabo no capítulo XXV d’O *Príncipe*, discorrendo acerca da *fortuna*. É particularmente interessante a metáfora que utiliza, de um rio caudaloso e violento, que rompe pelas planícies impetuosamente e a cuja força o Homem não pode resistir. Contudo, se os Homens se resguardassem previamente contra tais fenómenos, ser-lhes-ia possível controlar parcialmente o ímpeto do rio, e portanto defenderem-se da catástrofe. Assim acontece com a *fortuna*. Se durante os eventos precedentes o príncipe tivesse ordenado todas as disposições, tivesse tomado todas as providências, também ele teria sido capaz de evitar as adversidades que a *fortuna* traz aos incautos (MAQUIAVEL, 2012, p. 231-233).

Essa profilaxia em que o príncipe tem de estar empenhado continuamente não pode ser alheada da sua manifesta necessidade de cativar o aplauso dos sub-

ditos nem de enveredar pela esfera da ação prática, porque “a verdade é que não basta possuir virtude, como se fosse uma arte qualquer, se ela não for usada [...] a virtude reside totalmente no seu uso prático.” (CÍCERO, 2008, I, 2). Também não é ao acaso que se introduz aqui a questão dos eventos, outrossim, note-se que o príncipe não pode lograr agir bem em todos os momentos, nem pode lograr fazer o bem em todas as circunstâncias, já que a corrente temporal é contínua e os próprios eventos determinam os que se seguem. Se o presente é resultado da sucessão de eventos passados, o futuro não deixa de ser a conjugação desses mesmos eventos com as circunstâncias de cada momento presente. É bem visível a atuação da *virtù* a cada decisão, isto é, somente a excelsa preparação do príncipe lhe permite evitar que eventos futuros lhe apresentem situações que colocam em causa a sua autoridade e o seu governo. A totalidade dos eventos representa, no seu conjunto, o bem ou o mal que resultaram de uma boa ou má decisão prévia, entendendo-se bem e mal pelas conseqüências positivas ou negativas para o governo do príncipe, que resultaram da sua acuidade política para moldar a realidade e firmar o seu governo.

Para o príncipe poder controlar a *fortuna* deve primeiro ele próprio ser um exemplo de virtude e de excelência a todos os níveis. De resto, este é já um argumento presente no pensamento aristotélico, pois governante algum pode governar bem não sendo moderado e justo (ARISTÓTELES, 1998, I, 13, 1260 a 15). A temperança, a justiça e a prudência, são características integrantes do bom governante, do homem bom (ARISTÓTELES, 1998, III, 4, 1277 b 15). Assim descreve Maquiavel a vida de Castruccio Castracani da Lucca, que logo aos catorze anos “começou a tratar as armas; nem de outra coisa se deleitava que não fosse ou manejá-las, ou com os seus iguais correr, saltar, fazer braço-de-ferro e outros exercícios similares: onde mostrava grandíssimo valor de espírito e de corpo” (MAQUIAVEL, 2003, p. 16), e a todos esses seus companheiros os superava em valor. É precisamente esta a descrição do príncipe que deseje ter sob o seu domínio o principado, pois tem de atender aos assuntos da guerra de tal maneira que não exista espaço para que os homens estejam impreparados e desarmados. Em boa verdade, a *virtù* e a oportunidade (que, ainda assim, não é completamente independente da *virtù*) tomam o lugar da Providência (STRAUSS, 1958, p. 199). Facto curioso e a ter em conta no tocante a Castruccio Castracani é, como atesta Maquiavel, não ter tido um nascimento nem muito feliz nem muito notório, e no entanto a sua vida foi plenificada por feitos grandíssimos, repleta “quanto à *virtù* e quanto à *fortuna*” (MAQUIAVEL, 2003, p. 14), que sempre o acompanharam. A Castruccio “nunca se lhe via ter um gesto ou se lhe ouvia uma palavra que desgostasse: e era reverente com os superiores, modesto com os iguais, e agradável com os inferiores.” (MAQUIAVEL, 2003, p. 19). A glória que alcançou não foi nem residual nem fortuita. Acaso foi por método honroso que conquistou a cidade de Pistóia?<sup>2</sup> No final da sua vida, o próprio Castruccio reconhece a verdadeira face

<sup>2</sup> Pistóia, ponto fundamental no avanço de Castruccio, cujo fito era conquistar Florença. Dividida em duas fações opostas, cada qual desejando eliminar a outra, ambas depositam confiança em Castruccio, que em pessoa acorre a uma, e Guinigi, seu discípulo, a outra, mas logo mataram os chefes das fações e tomaram a cidade facilmente.

da fortuna “que quer ser árbitra de todas as coisas humanas” (MAQUIAVEL, 2003, p. 48), assim como admite que é a vitória que traz toda a glória, e não o modo como é obtida. Tudo aquilo que alcançou nada mais foi que o produto da fortuna e do seu valor pessoal, e as suas palavras a Guinigi o aconselham tão-somente a medir bem os seus atos e a temperar o ânimo, a conhecer-se a si mesmo e a bem julgar todas as situações (MAQUIAVEL, 2003, p. 50).

O Homem não é impotente em relação à *fortuna*, aliás, se ele caísse nesse conformismo dificilmente poderia ser príncipe de um Estado. A *virtù*, enquanto complexo conjunto de habilidades, ou enquanto fiel caracterização de um príncipe, é precisamente identificada por lhe dar as armas que lhe permitem antecipar o seu julgamento, construir o dique antes que o caudal do rio o torne impossível, pois a negligência tornou impossível evitar os eventos que se sucedem inexoravelmente, que fogem ao controlo do que não se preparou e cultivou devidamente. Ao príncipe exige-se que aja no momento certo, no *kairos*, que é simultaneamente a ação correta no instante crítico, e que marca toda a diferença relativamente a outros cujas capacidades assim não permitam agir. De resto, o conformismo<sup>3</sup> acima referido está diretamente relacionado com a cautela e com a resignação do príncipe durante o seu governo ao sabor contínuo dos tempos e dos acontecimentos. É que “se um governa com cautela e paciência e os tempos e as coisas giram de modo que o seu governo seja bom, ele vai tendo sucesso; mas, se os tempos e as coisas se mudam, arruína-se, porque ele não muda o modo de proceder.” (MAQUIAVEL, 2012, p. 233), e bem se vê que a *virtù* não pode estar completamente presente num príncipe cujo governo obedece à paralisia da ação, esperando pelo brotar dos tempos e pela sucessão dos eventos, eventos que não controla, de todo. Dir-se-á que o príncipe que assim governa mais não faz que deixar-se governar, ficando, inevitavelmente, à mercê dos acontecimentos, e uma vez nesta posição, não arrepiando caminho, não será mais que o regente de algo que não pode controlar. De um que assim proceda não se pode dizer que seja virtuoso, ou que possua qualquer capacidade, qualquer valor que o possa levar a controlar o sucedâneo. O príncipe deve estar sempre preparado a seguir pelo caminho que não deixa espaço à *fortuna* para lhe moldar as suas possibilidades de ação, a não ser que o próprio antevêja nisso a sua vantagem. Mais que a cautela e o conformismo, é necessário ao príncipe que saiba também actuar impetuosamente, contra a possibilidade de os eventos poderem impedir o seu controlo total sobre o porvir. Poderá um príncipe que não domina essa capacidade de antecipação e previsão, que não aja no momento oportuno, manter-se no seu governo se não estiver preparado para enfrentar a novidade da *fortuna*? Ou para mudar a natureza da sua ação e atuação quando confrontado com as circunstâncias do tempo? Ora, sendo a política a forma de conciliar a vivência humana aos eventos que a *fortuna* traz, o príncipe apenas o consegue se, pela sua dinâmica pessoal, discernir e antecipar corretamente, a cada decisão que toma, todos os pormenores que o possam submeter a eventos futuros de cujas consequências não se pode libertar.

<sup>3</sup> É interessante relacionar este mesmo conformismo com um certo determinismo histórico intrinsecamente relacionado com a inoperância e incapacidade do príncipe para moldar as circunstâncias, suprimindo a dinâmica política.

Tem, pois, que ser impetuoso, mais que cauteloso, porque aqueles procedem mais friamente, e estes, obstinados no seu modo de proceder, apenas são bem-sucedidos enquanto concordam os tempos e a *fortuna*, porque quando estes não são concordantes, são os obstinados malsucedidos e os impetuosos bem-sucedidos (MAQUIAVEL, 2012, p. 234).

A *virtù*, espelho das capacidades do príncipe, é também o espelho das capacidades do homem justo. O significado do termo pode ser facilmente aproximado à conceção aristotélica do justo meio, pois o homem justo é aquele que, possuindo capacidades, não vai além delas, não almeja ir mais longe, nem menos. De facto, “todo aquele que percebe de alguma coisa evita tanto o excesso como o defeito” (ARISTÓTELES, 2012, II, 6, 1106 b 1), e procura sim um meio adequado a si, no qual encontra a excelência. São exemplos disso os *arqueiros prudentes*, pois estando o seu alvo demasiado longínquo sabem que devem apontar mais alto, não para que a flecha atinja grande altitude, mas para que atinja apenas o alvo desejado (MAQUIAVEL, 2012, p. 123). Nem a flecha vai além do alvo, nem fica aquém, porque o justo procura somente um equilíbrio circunstancial, deixando de lado o bem e o mal. Maquiavel coloca na sua obra a justificação evidente para a ação do príncipe e para a sua preocupação em tomar e manter o poder. Diz Maquiavel que “os Estados bem ordenados e os príncipes sábios procuram diligentemente não exasperar os grandes, e satisfazer o povo e tê-lo contente” (MAQUIAVEL, 2012, p. 202), aludindo às boas instituições que controlam as vontades dos homens poderosos e contrabalançam o poder desses com o poder do povo. O magno objetivo do príncipe não é senão ter o controlo da *arte da guerra*, pois “é a única arte que se espera de quem comanda” (MAQUIAVEL, 2012, p. 181). De resto, se não cuidar de se armar, de cultivar a disciplina e manter armado o principado, o príncipe não poderá ser respeitado, apenas se torna desprezível, pois os homens não obedecem a quem está desarmado, porque não sentem segurança, nem os soldados estimariam esse príncipe. Este é o exemplo claro de que a *virtù* forja todos os acontecimentos. Deixar o principado desarmado e despojado de exércitos próprios seria equivalente a abandonar a vontade de reger e organizar a terra e os homens, permitindo que todos os eventos se sucedessem numa catadupa que seria semelhante ao rio que não encontra diques no seu caminho. Isso mesmo o retirou Maquiavel das lições que a História antiga lhe ensinou. Tomando o político como domínio científico, Maquiavel, através da observação cuidada dos fenómenos políticos, funda um saber indutivo do qual retira ensinamentos preciosos para os príncipes que desejem manter um Estado, tomando em conta as condições que a História proporcionou aos protagonistas do passado, cujo exemplo deve ser, ou não, seguido.

A *virtù* permite ao príncipe moldar os tempos através do seu agir direto no processo histórico e conhecer o procedimento das suas decisões, ou pelo menos saber *a priori* quais poderão ser os resultados da sua decisão, antecipando os desejáveis e evitando os incómodos. Da *fortuna* pouco se pode esperar quando um príncipe virtuoso toma o poder, ainda que o carácter divino da *fortuna*, imprevisível como é a própria política, deixe em aberto muitas possibilidades. A *fortuna* não é puro acaso, ou não tivesse já uma divindade delineado as regras que delimitam a realidade, tornando-se impossível conhecer ou prever todos os eventos

futuros. O próprio Maquiavel reconhece como verdadeiro o governo da *fortuna* sobre metade de todas as coisas, na medida em que reconhece que o governo da outra cabe ao homem (MAQUIAVEL, 2012, p. 231). Entre esta relação que é mais dependente do príncipe do que do acaso, como justo apresenta-se o bom governo do príncipe sobre os poderosos e sobre os fracos, não podendo ser outro o seu intento, sob perigo de ser tomado como um tirano, como outros na História antiga o foram, e cujo fim foi cruel às mãos dos seus carrascos<sup>4</sup>.

## Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Quetzal, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Política*. Lisboa: Vega, 1998.
- CÍCERO. *Tratado da República*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008.
- GILBERT, Allan. *Machiavelli's Prince and its Forerunners*. New York: Barnes and Noble, 1968.
- MANSFIELD, H. C. *Machiavelli's Virtue*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- MAQUIAVEL, N. *A vida de Castruccio Castracani da Lucca*. Porto: Porto Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Lisboa: Edições Sílabo.
- \_\_\_\_\_. *O Príncipe*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2012.
- PITKIN, H. F. *Fortune is a Woman: Gender and Politics in the Thought of Niccolò Machiavelli*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.
- STRAUSS, L. *Thoughts on Machiavelli*. Glencoe: The Free Press, 1958.

Data de recebimento: 25/11/2016

Data de aprovação: 03/02/2017

---

<sup>4</sup> A Maquiavel não eram desconhecidos esses exemplos. São muitas as lições que abundam nos *Discorsi*, e o autor não procura ver no príncipe o exemplo desses cujo governo não foi justo, e sim um governante que retira da História os ensinamentos que lhe permitem moldar o seu agir.